

EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO CONTEXTO POLÍTICO DAS ELEIÇÕES DE 2020 EM CAXIAS DO SUL/RS

João Paulo Borges da Silveira¹

Resumo

O presente artigo tem por objetivo analisar como o desenvolvimento sustentável foi discutido pelos candidatos na disputa de 2020, em Caxias do Sul, RS, Brasil, no que tange o Objetivo 4 da Agenda 2030, a respeito da Educação de qualidade. O estudo se justifica pela Educação ser um direito universal, garantido pela Constituição Federal de 1988, e que se relaciona diretamente com a dimensão social do desenvolvimento sustentável. Quanto aos procedimentos metodológicos, este estudo se delinea com estudo exploratório, de abordagem qualitativa e tipologia bibliográfica e documental, utilizando os planos de governo apresentados pelos 11 candidatos ao pleito. Utilizou-se a Análise de conteúdo para tratamento e interpretação dos dados. A análise e discussão dos documentos evidenciaram que as metas apresentadas pelo Objetivo 4 estão contempladas, ao menos em parte, nas propostas apresentadas à população, com destaque para as propostas de garantia de acesso à Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos. Um ponto que chama a atenção é que dos 11 planos, apenas dois candidatos propõem ações específicas para a formação de professores e em relação a garantia de acesso à Educação por pessoas vulneráveis e pessoas com deficiência é falha nos planos apresentados, sendo que os indígenas não são inseridos em nenhum dos programas.

Palavras-chave: Desenvolvimento sustentável. Eleições municipais. Agenda 2030.

Education and sustainable development in the political context of the 2020 elections in Caxias do Sul/RS

Abstract

This article aims to analyze how sustainable development was discussed by the candidates in dispute of 2020, in Caxias do Sul, RS, Brazil, with respect to Objective of the 2030 Agenda, regarding quality education. The study is justified by fact that Education is a universal right, guaranteed by the Federal Constitution of 1988, and which is directly related to the social dimension of sustainable development. As for the methodological procedures, this study is outlined as an exploratory study, with a qualitative approach and bibliographic and documental typology, using the government plans present by the candidates for the election. Content analysis

¹ Docente da Universidade de Caxias do Sul (UCS) e Bibliotecário da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Doutor em Educação. Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural. Especialista em Gestão em Arquivos e em Educação e Sociedade. Bacharel em Biblioteconomia e em Sociologia.

Educação e desenvolvimento sustentável no contexto político das eleições de 2020 em Caxias do Sul/RS

was used for data processing and interpretation. The analysis and discussion of the documents showed that goals resented by Objective 4 are contemplated, at least in part, in the proposals presented to the population, with emphasis on the proposals to guarantee access to Kindergarten, Elementary School and Youth and Adult Education. A point that draws attention is that of the 11 plans, only the candidates propose specific actions for the training of teachers and in relation do guaranteeing access to education for vulnerable people and people with disabilities, it is deficient in the plans presented, and the indigenous people do not are entered in none of the programs.

Keywords: Sustainable development. City elections. 2030 Agenda.

Educación y desarrollo sostenible en el contexto político de las elecciones de 2020 en Caxias do Sul/RS

Resumen

Este artículo tiene como objetivo analizar cómo el desarrollo sostenible fue discutido por los candidatos en la disputa de 2020, en Caxias do Sul, RS, Brasil, en relación con el Objetivo 4 de la Agenda 2020, sobre educación de calidad. El estudio se justifica por el hecho de que la Educación es un derecho universal, garantizado por la Constitución Federal de 1988, y que está directamente relacionado con la dimensión social del desarrollo sustentable. En cuanto a los procedimientos metodológicos, este estudio está diseñado con un estudio exploratorio, con enfoque cualitativo y tipología bibliográfica y documental, utilizando los planes de gobierno presentados por los 11 candidatos a la elección. Se utilizó el análisis de contenido para el procesamiento y la interpretación de los datos. El análisis y discusión de los documentos evidenció que las metas presentadas por el Objetivo 4 están contempladas, al menos en parte, en las propuestas presentadas a la población, con énfasis en las propuestas para garantizar el acceso a la Educación Infantil, Educación Básica Educación de Jóvenes y Adultos. Un punto que llama la atención es que de los 11 planes, solo dos candidatos proponen acciones específicas para la formación de docentes y en relación a garantizar el acceso a la educación de las personas vulnerables y con discapacidad, es falla en los planes presentados, y indígenas las personas no se insertan en ninguno de los programas.

Palabras clave: Desarrollo sostenible. Elecciones municipales. Agenda 2030.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas a problemática e a crise ambiental vem ganhando espaço na mídia, nas discussões políticas no Brasil e fora dele, incluindo em organismos internacionais, devido as urgências impostas pelos efeitos nocivos ao planeta. O conceito de bem comum ganha força à medida que a ciência nos mostra o quão a natureza vem sendo prejudicada e destruída ao longo das últimas décadas. A região Amazônica, na América Latina, considerada o pulmão do mundo e que engloba nove países, é alvo de olhares atentos de diferentes nações e organizações internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização Mundial do Comércio (OMC), além de diferentes países, com interesses diversos em relação a região, não apenas nos aspectos ambientais, mas também econômicos.

O presente texto busca investigar e discutir como o conceito de desenvolvimento sustentável (DS), a partir da Agenda 2030, da ONU, e o seu Objetivo 4, que trata de Educação com qualidade, foi abordado no debate político das eleições municipais de 2020, na cidade de Caxias do Sul/RS, que é a segunda maior do Estado do Rio Grande do Sul, localizada na Serra Gaúcha. A cidade possui aproximadamente 520 mil habitantes em 2020 (e mais de 334 mil votantes habilitados para este pleito), constituída de forma preponderante a partir da imigração italiana no Brasil em 1890, a cidade rapidamente se industrializou, sendo hoje o segundo maior polo metalmeccânico do país e que atrai pessoas de várias regiões, inclusive outros países, como Haiti, Senegal e Venezuela, em busca de oportunidades de trabalho.

O objetivo central do artigo é analisar se e como o desenvolvimento sustentável foi discutido pelos candidatos na eleição municipal de 2020, em Caxias do Sul/RS, no que tange o Objetivo 4 da Agenda 2030, a respeito da Educação de qualidade. Enquanto objetivos específicos, temos: a) explorar os planos de governo apresentados pelos candidatos ao paço municipal; b) identificar as passagens referentes ao DS relacionando-os com a Educação; c) examinar as diferentes abordagens relacionadas com a Educação enquanto DS; e, d) compreender o conceito

desenvolvimento de Educação para a cidade que os candidatos no pleito municipal apresentaram em suas propostas aos eleitores, o que representa diretamente as suas visões de mundo (e ideológicas) e dos conceitos e práticas educativas relacionadas ao desenvolvimento sustentável.

O estudo se justifica por contribuir para o entendimento das compreensões sobre o DS e conseqüentemente, os prospectos projetos de Educação para cidade que os candidatos à Prefeitura Municipal lançaram à população para escolha nas urnas em 2020. É importante ressaltar que o Plano de governo de cada candidato é o reflexo de como desejava que a cidade fosse ao longo dos seus quatro anos de mandato, caso se elegeesse.

Apesar do estudo ter sido desenvolvido após o resultado das eleições, seus resultados impactam a cidade como está hoje, mesmo que apenas um dos 11 candidatos tenha sido de fato eleito e mais do que isso, reflete como a população também compreende a Educação enquanto ação para o desenvolvimento sustentável, afinal, destinaram o seu voto a um determinado candidato e suas propostas, que representam uma coligação partidária e pode ter reflexos já em 2022, nas próximas eleições a níveis estadual e nacional.

Quanto aos procedimentos metodológicos, este estudo se delinea com estudo exploratório, de abordagem qualitativa e tipologia bibliográfica e documental. Enquanto corpus documental, foram analisados os 11 programas de governo, um de cada candidato, apresentados à sociedade caxiense quando do lançamento e percurso da trajetória política para o primeiro turno das eleições cidadina. A análise dos documentos foi realizada a partir da Análise de Conteúdo de Bardin (2016), possibilitando a interpretação dos resultados, tendo por base as inferências realizadas a partir do tratamento dos dados.

O desenvolvimento sustentável é um conceito múltiplo e com várias possibilidades de análises considerando o campo científico o qual lançamos luz. Tomamos para este estudo a Agenda 2030 da ONU, divulgada em 2015 e ratificada com dezenas de países. Tem-se como comum, que o DS objetiva equacionar o desenvolvimento econômico, a justiça social e a proteção do meio ambiente. A

questão chave não é o uso ou não dos recursos naturais, que se tornam vitais à vida humana, mas como a natureza é utilizada, se de forma consciente e sendo respeitada ou explorada ao máximo, visando a geração de riqueza financeira para certos grupos em detrimento da grande maioria da população mundial.

Para compreendermos o desenvolvimento sustentável é preciso analisar as suas diferentes dimensões, que alicerçam o conceito: a econômica, a ambiental e a social (CAMARGO, 2003; BARBIERI, 2020;). Há também uma outra dimensão: a política, que se relaciona as anteriores. Na proposta deste estudo, a dimensão social foi escolhida, sob viés educacional, para análise e compreensão de como a política se relaciona e pode influenciar a vida da população.

O artigo está dividido em: introdução, procedimentos metodológicos, discussão sobre as três dimensões do DS, breve contextualização da cidade de Caxias do Sul/RS como *locus* do estudo e a análise e interpretação dos dados, com a compreensão do DS em sua dimensão educativa nos planos de governo dos candidatos à Prefeitura nas eleições municipais de 2020, finalizando o artigo com as considerações finais e as referências.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os caminhos metodológicos são tão importantes quanto os resultados, considerando que o fazer pesquisa requerer compromisso ético do pesquisador, uma vez que, ao fazer ciência deve-se contribuir para o desenvolvimento social e para isso, o rigor científico é fundamental. Quanto aos objetivos da pesquisa, este é um estudo exploratório, pois, buscou-se observar e compreender como um fenômeno ocorreu em um contexto específico, que foi a cidade de Caxias do Sul/RS e as eleições municipais de 2020.

Neste sentido, a abordagem do problema de pesquisa é qualitativa, permitindo que os dados sejam analisados a partir do momento que estão sendo coletados, buscando analisar a relação entre propostas políticas e a compreensão de seus representantes quanto ao desenvolvimento sustentável. Enquanto estudo

exploratório, a pesquisa é do tipo bibliográfica, se ancorando em fundamentos teóricos a partir de diferentes autores(as) que discutem as questões ambientais, mas também, o estudo se utiliza de fontes primárias, portanto, também se caracteriza enquanto pesquisa documental, sendo os planos de governo a base de análise dos dados coletados (GIL, 2019; PATÁRO; OLIVA, 2017).

As fontes utilizadas para análise no estudo foram os programas de governo apresentados à sociedade por cada candidato e suas coligações, para que a sociedade caxiense pudesse conhecer suas propostas para a cidade no período de seus governos, caso fossem eleitos. A documentação foi coletada durante o período eleitoral, diretamente no site de cada candidato, portanto, recorreu-se direto as fontes para obtenção dos dados. Esclarece-se que todos os 11 nomes apresentados ao cargo de prefeito eram homens (e brancos), cabendo as mulheres, nesse pleito, o cargo de vice em três candidaturas.

Utilizou-se enquanto método análise dos dados a proposta de Bardin (2016), que é a Análise de Conteúdo, em virtude do volume de documentos, de apesar de serem 11 ao total, são volumosos e detalhados. Os planos apresentados pelos candidatos trazem as propostas para seus mandatos, caso eleitos e são divididos por temas, sendo comum uma seção para a Educação. Como forma de ampliar a análise, realizou a leitura integral dos documentos, considerando que o tema relacionando DS e Educação poderia estar em outras seções, como a dedicada ao meio ambiente.

Foi utilizado o caráter qualitativo da Análise de conteúdo, pois, somente a sistematização dos dados quantitativos não seriam suficientes para a investigação proposta neste estudo, considerando que o objetivo não era produzir um *ranking* entre os candidatos a prefeito, mas sim, identificar as suas compreensões e propostas relacionadas ao DS. O método de análise utilizado pode ser compreendido como um esforço de interpretação, que a partir das inferências realizadas com a análise dos dados, podemos encontrar o latente e o não latente, ou seja, o dito e o não dito, o que está nas entrelinhas e algumas vezes, pode descortinar mais do que está posto textualmente.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A SOCIOLOGIA AMBIENTAL

Na literatura científica, a temática do desenvolvimento sustentável tem ganhado força nas últimas décadas, considerando ser uma discussão de grande relevância para a vida no planeta, realizada por pesquisadores(as) de diferentes áreas, por ser um tema multidisciplinar, o que potencializa as relações acadêmicas e o fazer científico. Dessa forma, encontramos múltiplas abordagens sobre a temática, sendo que para a escrita desse texto, foram selecionadas alguns desses caminhos por trazerem diferentes visões a respeito do DS, servindo assim, para fundamentar a proposta do artigo e contribuir para as reflexões aqui apresentadas e outras que possam ser realizadas, tanto no campo da Sociologia, em especial a Ambiental, mas também na Educação.

O conceito de DS tem origem a partir das discussões sobre o desenvolvimento econômico, discutido, por exemplo, por Adam Smith, David Ricardo e Thomas Malthus, através da acumulação de capital, divisão do trabalho, produtividade e expansão dos mercados e das nações. A exploração das colônias favoreceu o desenvolvimento principalmente dos países europeus em detrimento dos territórios até então explorados, especialmente no que tange o domínio e obtenção dos recursos naturais das colônias, como em boa parte dos países da América Latina e da África (BARBIERI, 2020).

Já o desenvolvimento econômico sustentável começa a ser discutido somente no século XX, com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1946, pós Segunda Guerra Mundial. A ONU realiza em 1972 o que ficou conhecida como a Conferência de Estocolmo, primeiro grande evento internacional que congregou dezenas de Chefes de Estados para discutir a relação dos seres humanos com o meio ambiente e as questões de degradação e preservação deste. Após este primeiro grande passo, a ONU organiza em 1992 a Conferência Rio 92, com a ideia de introduzir no plano internacional o conceito de desenvolvimento sustentável, como uma forma dos países se desenvolverem economicamente, mas gerando menores impactos ao meio ambiente e a natureza. Na Conferência, também foram discutidas e acordadas pela primeira vez na história, medidas para combater a degradação ambiental em nível de pacto internacional.

Em 2000, a ONU lança os Objetivos para o Desenvolvimento do Milênio, onde todos os 191 Chefes de Estado participantes ratificam a intenção de em um prazo de 15 anos, portanto, até 2015, alcançarem os oito objetivos propostos, que dialogavam com o DS e os Direitos Humanos. Já no ano de 2015, após o prazo estabelecido no acordo anterior, a ONU propõe a Agenda 2030, com os seus 17 Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS), cujo objetivo principal é “Não deixar ninguém para trás”, ou seja, promover a preservação ambiental e a igualdade de direito a todos(as), sem exclusão de nenhum povo ou nação.

A Agenda 2030 está em execução até 2030, onde as nações-membro da ONU se comprometeram a atendê-la. O Brasil enquanto signatário ainda busca meios para que os 17 ODSs e as suas 169 metas sejam, ao menos em parte, cumpridas até esta data. Há de se destacar que não cabe apenas ao Brasil enquanto governo federal o compromisso com os objetivos e as metas, mas também dos estados, municípios, iniciativa privada e sociedade civil, no qual um esforço coletivo poderá gerar reverberações que identifiquem as melhorias que queremos e mais do que isso, que precisamos realizar na esfera ambiental.

Partindo da Agenda 2030 da ONU, temos que o DS se alicerça em três dimensões: 1) ambiental: se relaciona com a preservação, conservação e recuperação ambiental da natureza já degradada, observando como as sociedades se relacionam e agem para evitar novas crises ambientais, minimizando seus impactos; 2) social: se relaciona com a qualidade de vida das pessoas, no que tange à saúde, educação, inserção social, emprego e renda, acesso à cultura e ao lazer, mas também com a vida de todos os seres vivos; e 3) econômica: foco nos meios de produção e distribuição de bens e serviços, valorizando o lucro, sem com isso prejudicar o meio ambiente, além de valorização das condições de trabalho e o respeito as pessoas, comunidades e o consumidor final.

A partir da exploração desenfreada dos recursos naturais para a obtenção de riqueza, por poucos e para poucos, também considerada como desenvolvimento econômico, começou a ficar visível e compreensível que a degradação da natureza não atinge somente um país ou território, podendo gerar consequências para além das fronteiras onde é explorado, principalmente com a forte

industrialização mundial que teve um *boom* após a Segunda Guerra. A ONU é um órgão fundamental para a compreensão de que os problemas ambientais não são restritos e sim, de ordem planetária, como por exemplo, o descongelamento das calotas polares, que não atinge somente os países dos polos, mas traz consequência para todo o planeta ou mesmo aqui no Brasil, onde uma queimada na região amazônica traz consequências para estados de diferentes regiões e países vizinhos, assim como as secas e a baixa nos reservatórios das hidrelétricas, que afetam o país como um todo.

Barbieri (2020) aponta que pensar em desenvolvimento sustentável, sugere que um legado seja deixado de uma geração à outra, para que avós, filhos e netos possam prover suas necessidades a partir dos recursos naturais, sem os explorar ao ponto de os levar a limites que tornem a subsistência e a até mesmo a vida humana a riscos. Para isso aconteça é necessário desprender a relação entre desenvolvimento econômico e o uso desenfreado dos recursos naturais, reduzindo os impactos ambientais em todas as atividades econômicas. A questão chave que se coloca não é mais em não utilizar os recursos, mas utilizá-los de maneira consciente e eticamente responsável.

Nesse sentido que o conceito DS que se alicerça nas três dimensões apresentadas: o social, o ambiental e o econômico. Camargo (2003, p. 75) considera que “[...] a concepção de desenvolvimento sustentável visa promover a harmonia entre os seres humanos e entre a humanidade e a natureza”, ou seja, são duas relações que se estabelecem, não apenas entre os indivíduos e os recursos naturais, mas também entre os grupos sociais, seja a nível local ou global, através da exploração do trabalho e da pobreza, a partir ou não das relações com a própria natureza.

Além das três dimensões do desenvolvimento sustentável já apresentadas e que são consolidadas no estudo do tema, Barbieri (2020) aponta uma quarta dimensão, que é a política. Para o autor, o desenvolvimento é um direito de todos, sendo a democracia uma questão básica, garantindo assim, que “[...] o desenvolvimento resulte da participação e da contribuição dos que serão beneficiados e não de uma dívida dos governantes” (BARBIERI, 2020, p. 52), portanto, conhecer os planos de governos dos

candidatos a prefeito se torna fundamental para que os cidadãos conheçam as propostas e possam, escolher o melhor candidato a partir de sua compreensão de mundo e ideológica, mas sobretudo, para que ao longo do governo do candidato eleito, fiscalize e exija que as propostas para o DS escolhida pela maioria sejam cumpridas.

Na perspectiva sociológica de abordagem das questões ambientais, no campo das Ciências Sociais, há a subárea da Sociologia Ambiental, no qual as discussões apresentadas neste texto buscaram se alicerçar. Este campo surge nos Estados Unidos, na década de 1970, com Catton e Dunlap que a subdividiam em três áreas de estudos: a Modernização Ecológica, o Desenvolvimento Sustentável e a Sociedade de Risco. Os autores estabeleceram o conceito a partir das percepções dos problemas ambientais que começavam a tomar dimensão mundial, questões estas que já eram discutidas pela Sociologia, mas que passam a envolver pesquisadores(as) focados(as) em analisar e discutir as crises ambientais, enquanto ameaça à vida das diferentes espécies e ao bem-estar planetário (HERCULANO, 2000; LENZI, 2006).

Buttel (1992), há quase três décadas apontava o que para ele seria o caminho da Sociologia Ambiental, especialmente a nascida nos Estados Unidos, enquanto especialidade do campo da Sociologia, na qual direcionaria os esforços e pesquisas na relação entre ecologia humana e os problemas ambientais. Na segunda metade do século XX, as questões ambientais chegaram para o debate, mesmo que muitas vezes de maneira forçada devido a urgência, questões que envolvem não apenas os governos, a ciência, a tecnologia e os meios de comunicação, mas também a sociedade civil, com discussões coletivas do que estamos fazendo com o meio ambiente e a vida na terra, além da necessidade de mudanças em todas as esferas (MOL; SPAARGAREN, 2005).

No Brasil, a Sociologia Ambiental inicia seus estudos na década de 1980, buscando espaço nas universidades, onde a Sociologia tradicional era predominante, sendo que a Conferência Rio-92 propiciou um aprofundamento dos temas relacionados ao meio ambiente, questões que já eram discutidas de forma mais aprofundada no cenário internacional (FERREIRA, 2004). O campo tem se constituído em torno de algumas questões centrais, como

aponta Ferreira (2005, p. 110), [...] como e por que se dá a formação de grupos sociais para atuar em relação à questão ambiental, e qual sua influência sobre a mudança social em direção à conservação e à sustentabilidade no uso dos recursos naturais?". Para a autora, esses apontamentos refletem na produção científica na área, com pesquisadores(as) de diferentes linhas teóricas e procedimentos de pesquisa, mas que ainda há um vasto campo a ser investigado no país.

A CIDADE DE CAXIAS DO SUL/RS: CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO E POLÍTICO

A região da Serra gaúcha começou a receber imigrantes italianos em meados de 1875, sendo que na cidade de Caxias do Sul tem sua fundação em 1890. Apesar de outras etnias terem estado na região, como os indígenas do tronco Jê, que originaram os Kaingang e as Xokleng, foi a identidade dos descendentes italianos que se fixou e ainda é muito forte e valorizada em toda a região. A cidade hoje é multiétnica, com aproximadamente 520 mil habitantes e um pujante polo industrial, que na última metade do século XX, trouxe pessoas de diferentes regiões do estado e do país em busca de oportunidades, assim como novos imigrantes vindos especialmente do Haiti, Senegal e Venezuela.

O setor metalmeccânico é considerado o segundo maior do país, o que favorece o desenvolvimento econômico da cidade, que precisa ser equilibrado para que também seja sustentável a médio e longo prazo. Como um todo, a região também se beneficia do turismo, com diferentes roteiros que valorizam duas das heranças italianas: a uva e o vinho. Tanto a indústria, quanto o turismo, tem desenvolvido nas últimas décadas estratégias de valorização de suas atividades econômicas, com foco no desenvolvimento sustentável, que além de uma marca positiva de responsabilidade social, atraindo mais interessados e investidores, se torna uma discussão necessária, haja vista que ambos os setores, em especial a agricultura para as parreiras e o turismo em torno do vinho, dependem em das condições climáticas, por exemplo.

Já no cenário político, diferentes partidos se revezaram no poder nas últimas décadas: Gilberto José Spier Vargas, conhecido como Pepe Vargas, do Partido dos Trabalhadores – PT (1997–2004); José Ivo Sartori, do Movimento Democrático Brasileiro – MDB (2005–2012); Alceu Barbosa Velho, do Partido Democrático Trabalhista – PDT (2013–2016) e Daniel Guerra, do Republicanos (2017–2019), sendo este último sofreu *impeachment* em dezembro de 2019, assumindo o então presidente de Câmara de Vereadores, Flávio Cassina, do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB (2019–2020), considerando que o vice de Guerra abandonou o governo no início do mandato, em uma gestão bastante tumultuada. Este é um breve resumo nos ânimos da disputa eleitoral na cidade em 2020.

O Quadro 1 apresenta os candidatos à Prefeitura no pleito municipal de 2020, onde tivemos 11 candidaturas:

Quadro 1 – Candidatos à prefeito em Caxias do Sul/RS nas eleições de 2020.

Nº	Coligação	Candidatos(as) a prefeito e vice
10	Republicanos	Julio Freitas (advogado-Republicanos) e Chico Guerra (vereador-Republicanos)
12	PDT – PP – PV – REDE	Edson Néspolo (professor-PDT) e Edson da Rosa (vereador-PP)
13	PT – PC Do B – PSOL	Gilberto (Pepe) Vargas (deputado estadual-PT) e Cláudio Libardi (advogado-PCdoB)
15	MDB – CIDADANIA – PSB – AVANTE	Carlos Búrigo (deputado estadual-MDB) e

Educação e desenvolvimento sustentável no contexto político das eleições de 2020 em Caxias do Sul/RS

		Elói Frizzo (advogado-PSB)
17	PSL	Renato Toigo (empresário-PSL) e Nilvo Bertolla (empresário-PSL)
19	Podemos	Toninho Feldmann (agente administrativo- Podemos) e Odir Feronatto (aposentado- Podemos)
22	PL	Renato Nunes (ocupação não informada- PL) e Priscila Vilasboa (advogada-PL)
25	DEM – PSD	Vinicius Ribeiro (arquiteto-DEM) e Kiko Girardi (vereador-PSD)
30	NOVO	Marcelo Slaviero (empresário- NOVO) e Cesar Bernardi (professor-NOVO)
45	PSDB – PTB – SD – PSC – PROS	Adiló Didomenico (vereador-PSDB) e Paula Ioris (vereadora-PSDB)
51	Patriota	Nelson D'Arrigo (administrador- Patriota) e Andreia Garbin (advogada- Patriota)

Fonte – Elaborado pelo autor (2021).

O Quadro 1 apresenta o mapa político das eleições municipais de Caxias do Sul/RS no ano de 2020, com as coligações formadas e os candidatos a prefeito e vice-prefeito(a). Observa-se a multiplicidade de candidaturas pulverizadas, em parte devido o *impeachment* do último prefeito eleito, cujo irmão se candidatou a vice-prefeito em 2020, o que gerou discórdias inclusive entre antigos aliados. A pluralidade de candidaturas também representou um cenário que refletiu diferentes visões a respeito da cidade e sobretudo, interesses políticos em torno da cidade e a busca pelo poder, proporcionando um amplo rol de opções, no qual nem sempre as bandeiras ideologias estão em primeiro plano.

EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2020

Retorna-se à Agenda 2030, base de análise dos planos de governos apresentados pelos candidatos para pontuar que ela “[...] é um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade. Ela também busca fortalecer a paz universal com mais liberdade” (ONU, 2020, não paginado), que se constitui de 17 objetivos para o DS e se subdividem em 169 metas, que em escala global visam a garantia plena dos Direitos Humanos. O presente artigo se alicerça no Objetivo 4, que corresponde a Educação de qualidade e que visa assegurar “[...] a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos”.

A Educação se relaciona principalmente com a dimensão social do desenvolvimento sustentável, pois, “[...] refere-se ao objetivo de melhorar substancialmente os direitos e as condições de vida das populações e reduzir as distâncias entre os padrões de vida dos grupos sociais” (BARBIERI, 2020, p. 51), ou seja, a busca pela equidade entre os(as) membros(as) de uma mesma sociedade, mas também, de forma planetária, como objetiva a ONU. O Quadro 2 apresenta na íntegra as metas do ODS, sobre Educação de qualidade:

Quadro 2 – Metas do ODS 4.

Educação e desenvolvimento sustentável no contexto político das eleições de 2020 em Caxias do Sul/RS

4.1 Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes.
4.2 Até 2030, garantir que todos as meninas e meninos tenham acesso a um desenvolvimento de qualidades na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que eles estejam prontos para o ensino primário.
4.3 Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade.
4.4 Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo.
4.5 Até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade.
4.6 Até 2030, garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática.
4.7 Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável
4.7a Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero, e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos.
4.7b Até 2020, substancialmente ampliar globalmente o número de bolsas de estudo para os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países africanos, para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação, técnicos, de engenharia e programas científicos em países desenvolvidos e outros países em desenvolvimento.
4.7c Até 2030, substancialmente aumentar o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente

Educação e desenvolvimento sustentável no contexto político das eleições de 2020 em Caxias do Sul/RS

os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento.

Fonte – Organização das Nações Unidas (ONU), 2015.

O ODS 4, da Agenda 2030 se ramifica em sete metas globais (a sétima se subdivide em três), sendo que seis se aplicam aos municípios, ou seja, estes podem/devem contribuir para que sejam alcançadas, proporcionando assim, desenvolvimento sustentável a partir da Educação. O quadro 3 é a síntese da pesquisa documental realizada no estudo, após, serão pontuados os planos de cada partido/coligação. Saliento que as metas são apresentadas conforme a responsabilidade dos municípios, como a oferta do Ensino Fundamental, sendo que o Ensino Médio fica a cargo dos Estados e da União.

Quadro 3 – Metas do ODS 4 e suas presenças nos planos de governo nas eleições de 2020.

Metas do Objetivo 4 da Agenda 2030, referente a Educação de qualidade	Número eleitoral e partidos										
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
4.1 Garantir acesso aos Ensinos Fundamental a todos, com equidade e qualidade.	S	S	N	S	N	P	S	S	P	S	P
4.2 Garantir acesso com qualidade na Educação Infantil.	S	S	P	S	N	S	S	S	S	S	P
4.3 Garantir acesso com qualidade à educação técnica, profissional e superior.	N	S	N	S	S	S	S	S	N	S	N
4.4 Aumentar o número de jovens e adultos com	N	S	N	S	P	S	S	P	N	S	N

Educação e desenvolvimento sustentável no contexto político das eleições de 2020 em Caxias do Sul/RS

habilidades e competências ao trabalho decente.												
4.5 Garantir igualdade de acesso aos mais vulneráveis, pessoas com deficiência e indígenas.	P	P	P	P	N	N	P	P	P	N	N	
4.6 Garantir acesso com qualidade à educação de jovens e adultos (EJA).	N	N	N	S	N	S	S	S	S	S	N	
4.7 Garantir acesso a conhecimentos relacionados ao desenvolvimento sustentável e aos direitos humanos.	P	N	N	S	P	N	P	P	N	N	N	
4.7a Garantir espaços educacionais com qualidade, seguros e inclusivos.	S	P	N	S	P	P	P	S	N	S	P	
4.7b Não se aplica aos municípios.												
4.7c Garantir a formação de professores em diferentes instâncias.	N	N	N	S	N	P	N	P	P	P	S	

Legenda - A meta é contemplada? S sim, N não ou P parcialmente.

Fonte - Elaborado pelo autor (2021).

A meta 4.7b não se refere aos municípios, pois coloca como missão o aumento do número de bolsas de estudos no Ensino Superior, em particular para países menos desenvolvidos. Dessa forma, esta meta não foi posta em análise, considerando que não seria responsabilidade do município oferecer tais oportunidades. Seguiu-se para análise dos planos a ordem numérica das siglas.

A candidatura de Julio Freitas e Chico Guerra (Republicanos) apresenta no plano de governo pontos importantes para

valorizar a Educação, como turno integral, equidade de condições aos estudantes com necessidades especiais, a implantação de projetos de cultura da paz, musicalização e Libras como segunda língua. Contudo, o documento não apresenta propostas para a formação de professores e a qualificação de adolescentes e adultos, se concentrando em ações para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental. Chama a atenção que nas seções de Educação e Turismo não cita meio ambiente e na seção sobre Meio Ambiente não traz menção a ações educativas.

As propostas no plano de governo de Edson Néspolo e Edson da Rosa (PDT – PP – PV – REDE) incluem escola de turno inverso, tecnologias para os professores, internet nas escolas e o fomento as relações familiares no ambiente escolar. Algo que chama a atenção, até pelo candidato Néspolo ser professor, é que não aborda a formação de seus colegas de profissão, somente apontando em valorizar e dar dignidade aos seus pares, sem informar com quais atitudes concretas. Já nas propostas sobre meio ambiente, aponta em transformar o Ecoparque em um complexo de lazer, turismo e Educação Ambiental, sem mencionar que ações poderiam realizadas. Ainda a este respeito, na seção sobre Saneamento cita: “Promover ações e projetos que envolvam a comunidade escolar, incentivando a sustentabilidade e a conscientização social da proteção do meio ambiente”, apesar de não trazer alusão na seção de Educação.

O plano de governo dos candidatos Pepe e Cláudio Libardi (PT – PC Do B – PSOL), ao contrário dos demais, não apresentam propostas divididas por setores. Há apenas três menções sobre Educação nas 22 páginas do plano, com indicações amplas e sem apresentar propostas à cidade. Primeiramente a cita sobre a retirada de direitos, incluindo a Educação, se propõem a uma gestão municipal que favoreça a “educação ampla e de qualidade”, sem especificar propostas para que a educação de fato seja ampla e de qualidade, sendo que a educação deve ser compartilhada com as três esferas do poder público. A terceira seção do plano aborda o desenvolvimento com economia socialmente justa, inovadora e ambientalmente sustentável, mas sem referências diretas à Educação, tendo o foco a geração econômica.

A Coligação formada por MDB – CIDADANIA – PSB – AVANTE que apresentou os candidatos Carlos Búrigo e Elói Frizzo ao pleito municipal, traz em seu plano de governo propostas que atendem a todas as metas do ODS 4, referente a Educação, no todo ou parcialmente. Destacam-se ainda as propostas de qualificar a infraestrutura tecnológica das escolas, o acesso à *internet* por estudantes de baixa renda e o uso de ferramentas para ensino remoto para o turno inverso ao escolar. Na seção específica sobre meio ambiente, há a proposta de estimular a Educação Ambiental nas escolas e campanhas nesse sentido junto a sociedade. A seção de Saúde cita a Educação, com proposta de: “Desenvolver ações educativas norteadas por indicadores e necessidades locais”, o que também atende apenas ao ODS 4, mas a Agenda 2030 em si, visando a qualidade de vida de forma integral para os seres humanos.

Renato Toigo e Nilvo Bertolla, ambos do PSL, apresentam um plano de governo enxuto, o menor entre os 11, com apenas cinco páginas, que apesar de apresentarem propostas para a Educação, elas são generalistas e praticamente atendem apenas as metas referentes à educação para o trabalho, sem apresentar propostas para as demais metas, como a qualidade na Educação Infantil e no Ensino Fundamental. Quanto a meta 4.7, cita apenas a criação de “Olimpíada Ambiental”, sem especificar como seria a proposta. Já entre as propostas presentes no plano estão: assegurar a merenda, incentivar a leitura e proporcionar equipamentos de informática, sendo que quanto a ampliação das escolas, indica apenas as rurais. Na seção sobre o meio ambiente, prevê: “Promover ações de conscientização da população sobre a importância da coleta seletiva”, ou seja, Educação Ambiental apenas para parte dos resíduos.

A seção da Educação plano de governo de Toninho Feldmann e Odir Ferronato (ambos do Podemos), parece que não contou com ajuda de especialistas. A Educação é dividida entre infantil e de jovens, sem mencionar o Ensino Fundamental, por exemplo. Chama a atenção que as melhorias nas escolares seriam realizadas em parcerias privadas, não pelo poder público, assim como o aumento no número de vagas na Educação Infantil, terceirizando via instituições particulares. Os candidatos apontam ainda a busca de implantação de escolas cívico militares, fortalecimento das

associações de pais e mestres e o incentivo à formação de professores, mencionando apenas os atuantes na Educação Infantil. Na seção sobre meio ambiente pontua: “Promover adesão de Caxias do Sul aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU)”, citando diretamente a Agenda 2030, porém sem mencionar em como colocá-la em prática.

A candidatura do PL, através de Renato Nunes e Priscila Vilasboas apresenta o maior volume de propostas à Educação, 30 ao total, apesar de algumas se repetirem (na proposta e em sua escrita). Destaca-se as metas para educação de tempo integral, campanhas de combate ao *bullying*, drogas e violências, mas em compensação aponta para a implantação de escolas militares e ações de “amor à pátria”, como o hasteamento da bandeira. Apesar de não apresentar nenhuma proposta quanto a formação de professores, inclui a revisão do plano de carreira e valorização dos profissionais da Educação como um todo.

Vinicius Ribeiro e Kiko Girardi, da coligação DEM – PSD, apresentaram propostas que atendem no todo ou parcialmente as metas do ODS 4, com destaque para a criação de grupos de apoio psicológico e de assistência social nas escolas. A meta 4.7, a respeito do acesso ao conhecimento sobre Direitos Humanos e ambiental, aparece na seção de meio ambiente, quando propõe: “Estimular a educação e conscientização ambiental com ações sustentáveis nas escolas e nas comunidades, ampliando a conscientização da responsabilidade da separação e destino do lixo”, apesar da proposta aborda somente a relação meio ambiente – lixo, cita diretamente ações educativas não apenas no contexto escolar, mas também para fora de seus muros, com a comunidade.

As propostas do partido Novo, coligação de chapa pura através dos candidatos Marcelo Slaviero e Cesar Bernardi, atendem em parte as metas do ODS 4 sobre Educação, com destaque para o projeto de educação dos pais, atividades de contraturno e EJA para mães no diurno. Os candidatos também apresentam propostas consideradas polêmicas, como que a direção da escola deva se concentrar nos aspectos pedagógicos, ficando a gestão escolar para empresas terceirizadas e a implementação de

meritocracia, para as escolas disputarem entre si bons resultados, bem como os próprios professores, o que supostamente geraria impactos no desenvolvimento das carreiras e na remuneração. Já na seção de meio ambiente, menciona em: "Avaliar e melhorar os projetos de Educação Ambiental", sem necessariamente apresentar propostas nessa seara.

O plano de governo dos candidatos Adiló Didomenico e Paula Ioris (PSDB – PTB – SD – PSC – PROS) atendem boa parte das metas do ODS 4, mas não apresenta propostas para os mais vulneráveis e pessoas com deficiências. Destaca-se entre as propostas, ações de turno inverso, implementação de metodologias ativas no ensino, adequação dos currículos escolares e o trabalho pelo bem-estar de estudantes e profissionais da Educação. Ainda sobre a educação, prevê propostas para desenvolver habilidades para o mundo do trabalho e a profissionalização, já no Ensino Fundamental. Na seção sobre sustentabilidade, pontuam a intenção de resgatar a política de Educação Ambiental, focando o meio empresarial, sem citar as escolas ou a Educação de forma geral. Chama a atenção que o plano foi alicerçado na Agenda 2030 (ou pelo menos a cita):

[...] projetamos uma Caxias metropolitana, centro de uma região que deve contemplar os 17 objetivos de desenvolvimento sustentáveis estabelecidos pela ONU, dando nossa contribuição para a transformação global no estabelecimento de maior justiça social, protagonismo, desenvolvimento e dignidade para todos.

O último plano analisado foi dos candidatos Nelson D'Arrigo e Andreia Garbin (ambos do Patriota), um documento bastante enxuto em todas as áreas. No campo da Educação, parte das propostas são generalistas, como disponibilizar vagas para 100% da demanda, tornar a Educação Básica responsabilidade única do município (sendo que hoje é compartilhada com o governo do estado) e promover o conceito de acessibilidade nas escolas, sem especificar como atender tais propostas e o que de fato seria feito. Ainda se destaca a implementação da meritocracia no ambiente escolar e implementação de escolas cívico militares. No quesito

ambiental, não apresenta uma seção específica sobre o meio ambiente, não trazendo sequer uma proposta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos dados analisados por este estudo, podemos observar que a garantia de acesso à Educação infantil e ao Ensino Fundamental é quase unânime nos planos apresentados pelos candidatos e quando não aparece, acredita-se que seja por uma falha ou incompletude dos documentos, uma vez que, dificilmente um candidato exporia que não pretende oferecer acesso à Educação Básica. Já em relação a qualidade, enquanto quesito é subjetivo, portanto, não é possível mensurar, apesar de que, a expressão 'educação de qualidade' apareça nas propostas, contudo, sem pontuar o que os candidatos entendem por 'qualidade' ou como avaliar, se via parâmetros nacionais, como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), por exemplo e o como atingir melhores resultados qualitativos.

A Educação de jovens e adultos é contemplada em seis de 11 planos de governos, sendo que a garantia de acesso à educação técnica e profissional se fez presente em sete de 11 documentos. Quanto a garantia de acesso à Educação aos mais vulneráveis, tais como pessoas com deficiências e indígenas, sete planos apresentam propostas que parcialmente visam atingir essa meta, normalmente abordando a inclusão e acessibilidade, em especial a arquitetônica, sendo que existem outras, como a atitudinal (quanto aos comportamentos) e a metodológica (que tem relação direta com os processos de ensino e de aprendizagem). Já em relação aos povos indígenas, nenhum dos planos de governos apresentados no pleito municipal de 2020 aborda o assunto ou faz menção a estes povos.

A formação de professores é um tópico que chama a atenção, pois, cinco planos não apresentam propostas, em quatro o assunto é parcialmente abordado e somente dois candidatos apresentam ações diretas. Há candidatos que pontuam a questão da carreira e da remuneração, pontos que são importantes, mas a formação

docente continuada é fundamental até para se chegar à 'educação de qualidade' que se almeja.

Em quatro planos há propostas para qualificar os espaços educacionais, em cinco contemplam a meta parcialmente, pois não necessariamente pontuam que os espaços serão seguros ou inclusivos. Em relação a garantia de conhecimentos sobre desenvolvimento sustentável e Direitos Humanos, sete planos não abordam esta meta diretamente, nem em temas correlatos, sendo que em três toca-se parcialmente no assunto e somente um candidato apresenta de fatos propostas nessa seara. Há de se destacar ainda, que alguns candidatos abordam, por exemplo, propostas de Educação Ambiental em outras seções dos documentos, principalmente nas seções sobre Meio Ambiente e não, junto as propostas a respeito da Educação.

Tem-se que a Educação é um direito social, uma conquista prevista no Art. 6 da Constituição Federal brasileira e em uma série de documentos da ONU, haja vista os Objetivos para o desenvolvimento do milênio (2000-2015) e a Agenda 2030 (2015-2030), como um direito humano elementar. No que tange o desenvolvimento sustentável, a Educação está presente na dimensão social, que engloba a melhoria das condições de vida, a busca pela equidade e justiça social, buscando a transformação de realidades, a conquista da cidadania através da segurança dos direitos, deveres e compromissos nos âmbitos ético, social e político, almejando o bem-estar comum e universal.

Apona-se que este estudo se constitui como um recorte das potencialidades dos planos de governo apresentados pelos candidatos à Prefeitura Municipal de Caxias do Sul/RS e que outros estudos podem partir e/ou se alicerçar neste, inclusive identificando e analisando elementos que englobem as outras dimensões do desenvolvimento sustentável, sob a ótica da Educação ou não, ou ainda, explorando outros ODSs e suas metas.

Para finalizar, o desfecho das eleições municipais levou ao segundo turno os candidatos Adiló Didomenico (PSDB) e Pepe Vargas (PT), sendo este último vencido por 59,57% dos votos conquistados pelo seu oponente. Cabe a sociedade em geral, vencedores e vencidos, acompanhar o mandato do prefeito eleito Adiló, assim como a

Educação e desenvolvimento sustentável no contexto político das eleições de 2020 em Caxias do Sul/RS

Câmara de Vereadores e toda a sociedade, fiscalizando e fazendo-se cumprir os direitos da sociedade e os deveres do poder público, observando para que as propostas de campanha sejam cumpridas.

REFERÊNCIAS

BARBIERI, José Carlos. **Desenvolvimento sustentável: das origens à Agenda 2030**. Petrópolis: Vozes, 2020.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988.

BUTTEL, Frederick H. A Sociologia e o meio ambiente: um caminho tortuoso rumo à ecologia humana. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 16, p. 69–94, 1992. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/1961>.

Acesso em: 14 jun. 2021.

CAMARGO, Ana Luiza de Brasil. **Desenvolvimento sustentável: dimensões e desafios**. 6. ed. Campinas, SP: Papirus, 2003.

FERREIRA, Leila da Costa. Ideias para uma sociologia da questão ambiental – teoria social, sociologia ambiental e interdisciplinaridade. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 10, p. 77–89, jul./dez. 2004. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/3096>. Acesso em: 13 jun. 2021.

FERREIRA, Lúcia da Costa. Conflitos sociais e uso dos recursos naturais: breves comentários sobre modelos teóricos e linhas de pesquisa. **Política & Sociedade**, n. 7, p. 105–118, out. 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1968>. Acesso em: 15 jun. 2021

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

HERCULADO, Selene. Sociologia Ambiental: origens, enfoques metodológicos e objetivos. **Revista Mundo e Vida: alternativas em estudos ambientais**. Niterói, ano 1, n. 1, p. 45–50, 2000.

LENZI, Cristiano Luis. **Sociologia Ambiental: risco e sustentabilidade na modernidade**. Bauru: EDUSC, 2006.

MOL, Arthur P. J.; SPAARGAREN, Gert. Para uma sociologia dos fluxos ambientais: uma nova agenda para a Sociologia Ambiental no século XXI. **Política & Sociedade**, n. 7, p. 27–76, out. 2005. Disponível

Educação e desenvolvimento sustentável no contexto político das eleições de 2020 em Caxias do Sul/RS

em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1964>.

Acesso em: 15 jun. 2021

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Transformando o nosso mundo: A Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. 2015.

PATÁRO, Carolina Ribeiro; OLIVA, Diego Coletti. **Construindo a pesquisa: métodos, técnicas e práticas em Sociologia**. Curitiba: InterSaberes, 2017.

PLANO de governo Caxias pra frente – PT – PC Do B – PSOL. 2020. 22 p.

PLANO de governo coligação Avança Caxias Vibrante – PDT – PP – PV – REDE. 2020. 11 p.

PLANO de governo do Caxias do Sul 2020 – NOVO. 2020. 26 p.

PLANO de governo do Caxias do Sul 2021 – 2024 – DEM – PSD. 2020. 20 p.

PLANO de governo do Caxias do Sul 2021/2024 – PSL. 2020. 05 p.

PLANO de governo do Partido Liberal 2020 – PL. 2020 21 p.

PLANO de governo Levanta Caxias – PSDB – PTB – SD – PSC – PROS. 2020. 21 p.

PLANO de governo Nós podemos – Podemos. 2020. 19 p.

PLANO de governo Projeto de cidade, Caxias do Sul – 2021 – 2024 – Republicanos. 2020. 21 p.

PLANO de governo Projeto de uma cidade única, inclusiva e próspera – Patriotas. 2020. 11 p;

PLANO de governo Vamos abraçar Caxias – MDB – PSB – AVANTE – CIDADANIA. 2020. 18 p.